



Comunicação Oral

## APONTAMENTOS SOBRE A FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: UM HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DOS LICENCIADOS EM QUÍMICA

Gabriel Ribeiro CALDAS (UEMS-NAVIRAÍ)<sup>1</sup>

Milene Dias AMORIM (UEMS-NAVIRAÍ)<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo trata-se de um projeto em andamento de Trabalho de Conclusão de Curso que objetiva estudar a efetividade curricular dos cursos de licenciatura em química. Busca-se aqui apreender o contexto histórico relacionado à formação de professores, dando ênfase à área das Ciências da Natureza, mais especificamente, aos cursos de licenciatura em química no Brasil, fazendo uma breve trajetória dos primórdios desta formação inicial até os dias atuais, visando repensar o processo formativo dos profissionais da educação, assim como, apreender a identidade docente e todo o complexo contexto político e social que regem direta e indiretamente o futuro da profissão docente e dos cursos de licenciaturas no país. Entender os aspectos históricos, políticos e sociais que influenciam na formação inicial são fundamentais para a identificação de possíveis dificuldades enfrentadas nestes cursos atualmente. Para tal, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica, a partir de produções científicas publicada em livros, trabalhos apresentados em anais de eventos, revistas da área educacional, dissertações e teses. A partir das leituras, foi elaborado fichamentos e resenhas que possibilitam a discussão das principais mudanças efetuadas nas últimas décadas. Pode-se afirmar que neste período a formação de professores e os cursos de licenciatura tornaram-se uma temática central nas discussões no cenário acadêmico brasileiro, onde as exigências formativas se configuram cada dia mais complexas, afetando diretamente o papel do professor, porém a formação oferecida permanece sem alterações significativas. Diante deste cenário, deve-se refletir sobre a formação dentro da profissão, organizá-la através de políticas que possibilitem o desenvolvimento profissional e a reconstrução do espaço acadêmico de formação.

<sup>1</sup> Graduando em licenciatura em Química pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – unidade de Naviraí. E-mail: gabriel.rcaldas@gmail.com;

<sup>2</sup> Professora contratada da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – unidades de Naviraí e Ivinhema. E-mail: mileneamorim@gmail.com;



As discussões aqui propostas visam repensar o processo formativo dos profissionais da educação, assim como, apreender a identidade docente e todo o complexo contexto político, social e econômico que regem direta e indiretamente o futuro da profissão docente e da educação brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação de professores. Valorização profissional. Cursos de licenciatura. História dos cursos de licenciatura em química.

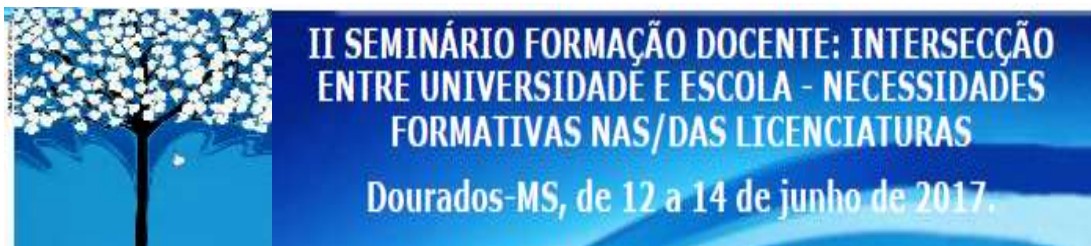
## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos foi vivenciado um processo acelerado do desenvolvimento científico e tecnológico na área educacional que estreitou a relação entre o conhecimento específico e os saberes docentes trazendo diversas mudanças, inclusive para a formação de professores (CIRÍACO, 2009).

Nesse cenário, Candau (1987) vem afirmar que os currículos dos cursos de licenciatura no Brasil não tem passado de meros apêndices dos currículos de bacharelado, onde o conhecimento específico é apresentado com maior ênfase, restringindo o conhecimento docente e as práticas pedagógicas desse contexto.

Desta forma, a busca por uma matriz curricular que abra um espaço maior para uma lógica de formação profissional que vise aliar as práticas docentes ao conhecimento específico deve se tornar cada vez mais intensa, pois, segundo Tadirf (2002), a ausência de uma matriz adequada afeta todos os cursos de licenciatura, principalmente os cursos relacionados às Ciências da Natureza, como química e física, que muitas das vezes se limitam apenas a reprodução de modelos pré-estabelecidos sem que a posição de professores e alunos seja levada em consideração.

Outro ponto referente à formação docente é a valorização do profissional da educação, pois, tornar a profissão docente mais atrativa é de extrema importância



para a manutenção não apenas do ensino básico, mas também dos cursos de licenciatura no Brasil.

A falta de teóricos pesquisadores em Ciências da Natureza, notadamente a de química, por ser uma licenciatura recente, não impediu um significativo aumento de eventos científicos e cursos de pós-graduação voltados para esta área específica, o que vem impactando positivamente no aumento de produção científica neste eixo temático (FILGUEIRAS, 1993). Assim como, O aumento da produção científica relacionado à formação de professores tem apresentado diversas discussões, Pereira (2000) afirma que “as licenciaturas apresentam velhos problemas, porém, sempre novas questões”.

Nesse sentido, justifica-se aqui a escrita deste trabalho, vislumbrando apreender o contexto histórico relacionado à formação de professores, dando ênfase à área das Ciências da Natureza, mais especificamente, aos cursos de licenciatura em química no Brasil. Entender os aspectos históricos, políticos e sociais que influenciam na formação inicial são fundamentais para a identificação de possíveis dificuldades enfrentadas nestes cursos atualmente.

Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica, a partir de produções científicas publicada em livros, trabalhos apresentados em anais de eventos, revistas da área educacional, dissertações e teses que abordam a historicidade da formação inicial do licenciado em Química e a valorização docente como atratividade para a profissão. A partir das leituras, foi elaborado fichamentos e resenhas que possibilitam a discussão das principais mudanças efetuadas nas últimas décadas.

## **FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOCENTE**

Ao tratar sobre formação de professores devem-se considerar três aspectos principais: o da legislação vigente relativa a esta formação; as características sócio-educacionais dos licenciandos; as características dos cursos

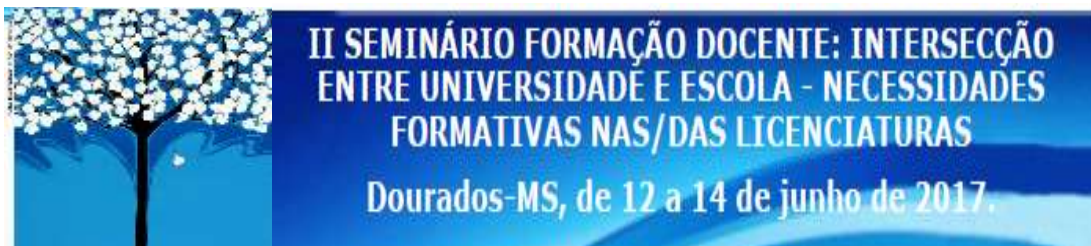


formadores de professores. As primeiras mudanças sólidas dos cursos de licenciatura se deram após a publicação da Lei nº 9.294/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – em dezembro de 1996, onde se instaurou um período de transição e separação dos cursos de bacharelado e licenciatura (GATTI, 2008).

A partir da promulgação das Diretrizes Curriculares específicas para cada curso de licenciatura, pôde-se perceber uma preferência para uma formação mais técnica e específica do professor, diminuindo o espaço da formação pedagógica do profissional. Com o passar dos anos diversas leis foram aprimoradas para melhorar a qualidade dos cursos de formação docente, porém mesmo visando integrar cada vez mais a formação disciplinar com a formação pedagógica, na prática, ainda verifica-se a prevalência do modelo consagrado no início do século XX (GATTI, 2008).

Pode-se perceber claramente o interesse nos cursos de formação inicial e continuada nos últimos anos através de análises dos novos planos de ação e leis estabelecidas, principalmente no que se refere aos cursos de licenciatura, afinal a elevação do padrão da escolaridade básica no Brasil, depende, em grande medida, dos investimentos que o poder público e a sociedade façam no tocante à valorização e ao aprimoramento da formação dos profissionais da educação, porém há diversos fatores além dos citados que podem interferir na formação docente, em sua atuação e, por consequência, no ensino básico brasileiro.

O atual cenário docente brasileiro necessita de novas políticas que valorize, organize e regularize sua função, pois, segundo estudos realizados no ano de 2009 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Brasil contava com 1.882.961 profissionais vinculados a educação básica, dos quais 68,4% possuíam o ensino superior completo, sendo que 10% destes professores não possuem curso de licenciatura e grande parte destes profissionais

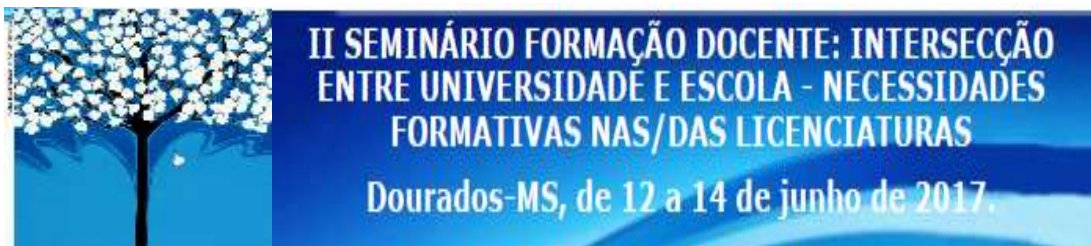


não tem a formação compatível com a disciplina que leciona (SCHEIBE, 2010). A realidade destes dados afeta toda educação básica, sendo a área de exatas a mais prejudicada.

Oliveira e Feldfeber (2006), afirmam que uma série de problemas e desafios devem ser superados a fim de valorizar a profissão docente, entre eles, destaca-se: os baixos salários predominantes, a deterioração das condições de trabalho, as longas jornadas, salas superlotadas, crescimento da violência e indisciplina nas escolas e as constantes cobranças de um melhor desempenho do profissional. Os cursos de licenciatura vêm perdendo espaço em vista dos demais cursos, o que gradativamente impacta de forma negativa na educação e por tal motivo, o investimento nessa área é de extrema importância para a valorização do profissional da educação.

A defasagem na remuneração dos profissionais do magistério vem sendo apontada como um dos grandes meios de desvalorização docente há anos e por tal motivo houve um declínio na demanda dos cursos de licenciatura, tendo consequência uma queda acentuada no número de profissionais formados, pondo em risco a meta de universalização e ampliação do ensino básico. Devido à baixa remuneração, o mais recente Plano Nacional de Educação (2014) trouxe uma proposta de equiparação salarial dos docentes com as demais profissões que exigem uma formação equivalente nos próximos seis anos, além de criar planos de carreira mais sólidos para estes profissionais, visando tornar a opção pelo magistério mais atrativa e valorizar os profissionais da educação.

Dentre os fatores que contribuem para valorização da profissão docente se tem também as condições de trabalho. Caldas (2007) afirma que as condições de trabalho são um conjunto de recursos que possibilitam uma melhor realização do trabalho educativo quais envolvem desde a infraestrutura até aos serviços de apoio aos educadores.



Diversas reformas e políticas educacionais nas últimas décadas trouxeram uma reestruturação deste trabalho, a mais recente é o PNE/2014, firmado pela Lei nº 13.005/2014 que tem entre suas metas erradicar o analfabetismo, valorizar os profissionais da educação e garantir uma formação para o trabalho e cidadania, porém deve haver um maior empenho para garantir o cumprimento destes objetivos, conforme afirma Jacques Dolors sobre o assunto:

É preciso mais empenho em manter a motivação dos professores em situações difíceis e, para conservar no ensino os bons professores, oferecer-lhes condições de trabalho satisfatórias e remuneração comparável à das outras categorias de emprego que exigem um nível de formação equivalente. A concessão de incentivos especiais a professores que trabalham em zonas afastadas ou pouco convidativas é, evidentemente, necessária para levá-los a permanecer nessas zonas, de modo que populações desfavorecidas não o fiquem ainda mais devido à falta de professores qualificados. Por mais desejável que seja a mobilidade geográfica, as colocações não deveriam ser decididas arbitrariamente pelas autoridades centrais. A mobilidade entre a profissão docente e outras profissões, durante períodos limitados, poderia ser incrementada com proveito (UNESCO 2001, p.160).

A partir da literatura educacional apreende-se que a valorização do trabalho docente depende de elementos chave como a existência de condições de trabalho adequadas a realidade do profissional, um método avaliativo efetivo dos profissionais da educação para assegurar a qualidade da formação do profissional, uma melhor remuneração equiparando a de outras profissões com a mesma jornada de trabalho. Porém, são escassos os estímulos governamentais o que resulta numa baixa atratividade no que se refere à remuneração e condições de trabalho.

## **CONTEXTO HISTÓRICO DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM QUÍMICA**

O ensino de química no Brasil não apresentou grandes evoluções antes do século XIX, sendo considerada uma matéria suplementar para os cursos de medicina, farmácia e engenharia. A partir de 1920, devido aos grandes avanços



científicos e tecnológicos gerados pelo fomento da Primeira Guerra Mundial, foram criados os primeiros cursos da área no país visando subsidiar as indústrias que começavam a se instalar fornecendo profissionais especializados para trabalhar na produção e controle de qualidade, exigindo um conhecimento técnico de processos analíticos e de transformação da matéria (FILGUEIRAS, 1993).

Em 1968 foi promulgada a Lei 5.540/68 qual tem por objetivo o desenvolvimento das ciências, letras, artes e a formação de profissionais de nível superior, neste período se deu o advento das licenciaturas na área de Ciências da Natureza juntamente com as licenciaturas de curta duração como uma ação imediata para suprir a deficiência de profissionais de nível superior visando o cumprimento desta Lei (CIRÍACO, 2009).

Devido ao contexto no qual os cursos de licenciatura em química foram criados, sua matriz curricular era vinculada aos cursos de bacharelado, sendo centrada na formação de professores técnicos (SANTOS et al, 2000). Sendo assim, se tornou urgente desvincular os cursos de licenciatura dos cursos de bacharelado pois, como afirmam Rodrigues e Mendes (2006), as propostas curriculares dos cursos de formação docente devem ser pautadas sobre as pesquisas realizadas no campo da educação, principalmente na análise do cotidiano escolar e para tal faz-se necessário pesquisas relevantes sobre o cenário da educação brasileira.

Na década de 1980 houve a cisão entre o período da educação técnica e o novo período marcado por uma educação reflexiva, tornando a formação do professor mais crítica e consciente do papel da educação na sociedade, tendo-a como um agente transformador (MARTINS, 2008). Durante este período a formação inicial tinha como objetivo possibilitar aos professores tomar consciência da importância da escola na transformação da sociedade (PEREIRA, 2000).

Dada importância à formação de professores, Mello (1993) ressalta a necessidade de formar professores com competência técnica, pedagógica e



compromisso político, pois apenas através de uma formação adequada habilitaria a capacidade de transformar a consciência crítica das classes subalternas, marcando essa década com a união do conhecimento técnico reflexivo, político e pedagógico.

Em meados do século XX, com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), por conta da Lei nº 9.394/96, foi-se orientando a adição de disciplinas ditas pedagógicas tais como, as didáticas, práticas de ensino, psicologia, sociologia e metodologia, porém, segundo Ciríaco (2009), ainda não são vistas de forma consistente pelos licenciandos ou, muitas das vezes, recebidas com certa resistência por parcela dos formadores de professores.

Com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) nos anos 2000, houve um singelo avanço nos cursos de licenciatura, pois, devido às diversas discussões a cerca da educação e formação inicial de professores, as disciplinas pedagógicas que antes eram apresentadas apenas com complementações desarticuladas das disciplinas específicas passaram a relacionar-se mais com o conhecimento específico possibilitando a criação de matrizes curriculares cada vez menos estáticas. Referente a estas necessidades formativas do profissional da educação, o Ministério da Educação (MEC), através das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores para a Educação Básica afirma que:

O Licenciado em Química deve ter formação generalista, mas sólida e abrangente em conteúdos dos diversos campos da Química, preparação adequada à aplicação pedagógica do conhecimento e experiências de Química e de áreas afins na atuação profissional como educador na educação fundamental e média. (MEC, 2001, p. 4).

Chapani (2010) afirma que tal flexibilidade possibilita uma melhor organização curricular de tais cursos, facilitando ao mesmo se adequar as constantes transformações sociais, políticas e econômicas.





Este novo contexto exige uma maior adaptabilidade do profissional da educação, pois o nível de complexidade da profissão docente aumenta a cada dia, como afirma Lima (2003):

[...] a situação da instituição escolar se torna mais complexa, ampliando a complexidade para a esfera da profissão docente, que não pode mais ser vista como reduzida ao domínio dos conteúdos das disciplinas e à técnica para transmiti-los. É agora exigido do professor que lide com um conhecimento em construção – e não mais imutável – e que analise a educação como um compromisso político, carregado de valores éticos e morais, que considere o desenvolvimento da pessoa e a colaboração entre iguais e que seja capaz de conviver com a mudança e a incerteza (LIMA, 2003, p. 118).

Em 2014 foi contemplada a Lei nº 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) para um período de 10 anos, esta lei abre espaço para a problematização da função docente, bem como sua formação inicial e continuada, dando sequência a um amplo debate sobre o tema que vem se arrastando por décadas no Brasil (KUENZER, 2011). No âmbito do ensino médio, tal debate vem sendo discutido dentro da nova realidade que constantemente se altera juntamente com as mudanças econômicas, sociais e políticas.

As metas apresentadas pelo PNE têm como objetivo, referente à formação de professores, garantir uma formação inicial de qualidade, melhorar as condições de trabalho além de fomentar a especialização profissional através de novas propostas de formação continuada. Dentre as metas apresentadas, têm-se:

- Ampliar a oferta de vagas no ensino superior prioritariamente nas áreas de ciências e matemática;
- Aumentar o acesso à formação continuada de qualidade;
- Garantir uma formação superior de todos os professores da educação básica;
- Diminuir a relação de alunos por professor para 20;



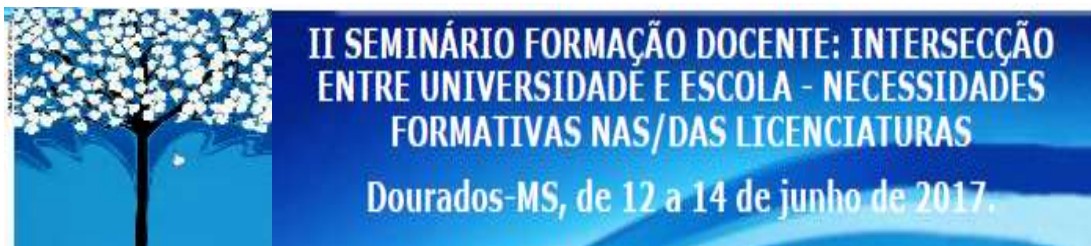
- Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos presenciais de licenciatura nas universidades públicas para 90%.

Analisando o contexto histórico dos cursos de licenciatura em química nota-se uma significativa mudança desde seus primórdios até os dias atuais. As evoluções das políticas bem como os currículos destes cursos mostram-se cada vez mais concretos, porém, conforme a sociedade avança mais complexo se torna a profissão docente, requerendo novas medidas para uma melhor adaptação dos cursos de formação de professores, que só podem ser apreendidas através de pesquisas educacionais e análises históricas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho cumpriu seu objetivo em pontuar a evolução dos cursos de licenciatura em química, apreendo diversas problemáticas que fizeram parte dessa progressão. Às singelas modificações na educação básica e superior, principalmente no que diz respeito à formação de professores em química, ainda não são o suficiente para acompanhar as diversas mudanças educacionais, político-sociais e econômicas que ocorreram nos últimos anos, resultando numa estagnação dos cursos de licenciatura em geral, principalmente na área das Ciências da Natureza, porém, tais dados servem de base para o avanço das pesquisas sobre formação docente possibilitando um avanço gradativo destes cursos assim como o reconhecimento de novas dificuldades, possíveis soluções e a elaboração de matrizes curriculares condizentes com o objetivo final da licenciatura que é a formação de qualidade de professores para o ensino básico.

Baseado na sustentação teórica dos argumentos apresentados pode-se afirmar que a licenciatura no Brasil ainda não está devidamente consolidada, pois ainda há inúmeros agentes limitadores para o desenvolvimento de uma matriz curricular própria e independente que possa reafirmar a identidade da profissão



docente. As discussões aqui propostas visam repensar o processo formativo dos profissionais da educação, assim como, apreender a identidade docente e todo o complexo contexto político, social e econômico que regem direta e indiretamente o futuro da profissão docente e da educação brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Lei nº 13.005/2014 de 25 de junho de 2014. Estabelece o Plano Nacional de Educação – PNE. Disponível em: <https://goo.gl/U2RMsP>. Acesso em: 01/05/2017.

CALDAS, A. R. do; Desistência e Resistência no trabalho Docente: um estudo das professoras e professores do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação de Curitiba. 173 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

CANDAU, V. M. F. (Coord.) Novos rumos da licenciatura. Brasília: INEP; Rio de Janeiro; Pontifícia Universidade Católica, 1997.

CIRÍACO, M. G. A formação de professores de química: reflexões teóricas. Disponível em: <https://goo.gl/VaVUVR>. Acesso em 20 de abril de 2017.

FILGUEIRAS, Carlos A. L. João Manso Pereira. Químico: empírico do Brasil Colonial. Química Nova, v. 16, n. 02, p. 155-160, 1993.

GATTI, B. A. et al. Formação de professores para o ensino fundamental: instituições formadoras e seus currículos; relatório de pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Fundação Vitor Civita, 2008.

INEP/MEC. Microdados ENADE – 2005 – CD ROM.

INEP/MEC. Educação Básica. ENEM – 2008 ([www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br))

KUENZER, A. Z. A formação de professores para o ensino médio: velhos problemas, novos desafios, vol. 32, n. 116, p. 667-688 (2011). Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/>. Acessado em: 19 de abril de 2017.

LIMA, E. F. de. O curso de Pedagogia e a nova LDB: vicissitudes e perspectivas, p. 185-200. In: BARBOSA, R. L. L. (Org.). Formação de educadores: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2003.





OLIVEIRA, D.A.; FELDFEBER, M. Políticas educativas y trabajo docente. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didáctico, 2006.

PEREIRA, J. E. D. Formação de professores: pesquisa, representações e poder. Belo Horizonte: Autentica, 2000

RODRIGUES, D. B.; MENDES S. J., Formação de Professores e Práticas Docentes: olhares contemporâneos. Belo Horizonte: Autentica, p. 87-108, 2006.

SANTOS, N. P.; PINTO, A. C.; ALENCASTRO, R. B., uma aventura científica nos trópicos. Química Nova, v. 23, n. 03, p. 418-426, 2000.

SCHEIB, L. A valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo plano nacional de educação, vol. 31, n. 112, p. 981-1000 (2010). Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/>. Acessado em: 19 de abril de 2017.

TARDIF, Maurice. Saberes Docentes e Formação Profissional. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002..

UNESCO. International Standard Classification of Education – ISCED. 1997. Educação: um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. Presidente: Jacques Delors. 5 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC:UNESCO, 2001.



**II SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO  
ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA - NECESSIDADES  
FORMATIVAS NAS/DAS LICENCIATURAS**

**Dourados-MS, de 12 a 14 de junho de 2017.**



**GEPPEF**

Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas  
Educaionais e Formação de Professores